

Folha Bancária

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do
Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo
outubro de 2024
número 6.287

APAGÃO EM SÃO PAULO EXPÕE FRACASSO DA PRIVATIZAÇÃO

Quatro dias depois do temporal que atingiu a cidade de São Paulo, mais de 200 mil imóveis permaneciam sem energia elétrica na terça-feira 15.

A falta de energia ocorreu após um temporal ter atingido o estado de São Paulo no dia 11. A capital do estado e sua região metropolitana tinham, na tarde do sábado 12, mais clientes sem energia elétrica que todo o estado norte-americano da Flórida, atingido por um furacão categoria 3 na madrugada da quarta-feira 9.

A situação confirma o fracasso da privatização do serviço de energia elétrica, e a incompetência da prefeitura em lidar com os eventos climáticos extremos, cada vez mais comuns.

A Enel administra hoje o que um dia foi a Eletropaulo, uma empresa estatal paulista criada em 1981 e privatizada nos anos 90. Em 2018, a Enel assumiu o controle da empresa.

A Enel tem responsabilidade direta pela fal-

ta de luz, principalmente diante da falta de mão de obra e de investimentos, visando a maximização dos lucros. Segundo o Ministério Público, a empresa deixou de investir R\$ 601,7 milhões em infraestrutura.

Além disso, o contrato de concessão da empresa não prevê prazo para restabelecimento do serviço em caso de um evento climático que provoque a falta de luz, como a tempestade da sexta-feira 11. Tudo isto reforça a falência do modelo de privatização deste serviço.

Outros responsáveis pela falta de energia em São Paulo

Bolsonaro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é responsável por fiscalizar a Enel. Os atuais diretores da Aneel foram indicados em 2022 por Bolsonaro, e não fiscalizam a Enel como deveriam. Já teve outro apagão em novembro de 2023, e nada foi feito desde então.

Tarcísio de Freitas

A Aneel mantém um convênio com a Arsesp, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia Elétrica do Estado de São Paulo. Em São Paulo, quem fiscaliza a Enel é uma agência do governo estadual, com seus diretores nomeados pelo governador Tarcísio de Freitas.

Ricardo Nunes

Metade dos casos de falta de energia foram por queda de árvores na rede elétrica. A poda de árvores é de responsabilidade da prefeitura.

Tarcísio e Nunes apoiam a privatização de setores essenciais

O caso da Enel é só um exemplo da falência do modelo de privatização na Região Metropolitana de São Paulo. Outro bem conhecido é a ViaMobilidade, que administra as sempre problemáticas linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos.

Cabe ressaltar que o prefeito Ricardo Nunes e o governador Tarcísio de Freitas apoiam a privatização em setores estratégicos, como a Sabesp, enquanto fingem resolver o problema da Enel, gerando desinformações em meio a uma campanha eleitoral.

A cidade está refém da incompetência da Enel e do prefeito, este incapaz de assumir a responsabilidade diante da situação ao jogar a culpa no evento climático ou na empresa, sem reconhecer que a poda e o monitoramento de árvores é responsabilidade do poder municipal.

É isso que você espera de um prefeito?

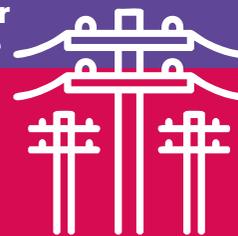
Menos funcionários para fazer a manutenção da rede



Enel demitiu

36%

dos funcionários entre 2019 e 2023



2019

23.835

funcionários

30/9/2023

15.366

funcionários



Com o apagão

R\$1,65bi

de prejuízo no varejo e serviços



14 mil

pedidos de poda de árvores à espera de atendimento

Fontes: Enel, FecomércioSP e Prefeitura SP

Embate municipal será reflexo da eleição de 2026

O processo eleitoral de 2024 é um momento importante para os cidadãos em seus municípios, mas também para o futuro do país. Com esta visão, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou a "Plataforma da CUT para as Eleições 2024".

O documento lista 13 pontos considerados fundamentais na defesa do bem-estar da população. No dia 27 de outubro, os cidadãos da maior cidade do Brasil vão votar no segundo turno em uma disputa que irá influenciar as decisões políticas, econômicas e sociais futuras no resto do país.

"A plataforma da CUT foi pensada no bem-estar do trabalhador, que, dentre os seus pontos, se

posiciona contra privatização, que é nociva para o trabalhador. A Sabesp é um exemplo. A água é um bem público que foi privatizado, e a tendência é que o preço da conta aumente. A Enel deixou os consumidores sem luz por dias, fazendo com que muitas pessoas perdessem alimentos e ficassem até sem equipamentos de saúde. Este caso ilustra a importância de os trabalhadores fazerem boas escolhas, que favoreçam os seus interesses", afirma Ivone Silva, vice-presidenta da CUT-SP.



13 pontos da Plataforma da CUT

> **Chega de privatizações e terceirizações: concurso público**

> **Água limpa, alimentos saudáveis e meio ambiente**

> Inserir o município no esforço de reconstrução do Brasil, com geração de emprego, renda e oportunidades de trabalho

> Moradias em ambientes seguros e transição justa

> Diálogo, negociação e respeito aos sindicatos de servidores e servidoras

> Mais segurança e

menos violência

> Transporte público de qualidade e a baixo custo

> Cultura, esporte e lazer

> Saúde e saneamento básico

> Educação de qualidade e requalificação profissional

> Democracia e participação popular

> Solidariedade, igualdade de oportunidades e justiça social

> Limpeza, coleta e tratamento adequado do lixo

Democracia se fortalece com o seu voto

Mais de 120 milhões de brasileiros foram às urnas no dia 6 de outubro, para definir o futuro de 5.569 cidades de todo país. Graças a segurança, eficiência e agilidade das urnas eletrônicas, a definição do primeiro turno foi conhecida ainda no final do dia.

Devemos olhar com cuidado e responsabilidade o avanço geral da direita no país, que propõe pautas que excluem a centralidade do trabalho; se posiciona contra a distribuição de renda e riqueza e de uma reforma tributária que taxe os super ricos, além de não priorizar o meio ambiente, para inclusão e cidadania. A lógica neoliberal segue avançando e ameaçando os direitos da população mais vulnerável, defendendo a privatização e a informalidade.

A população precisa de trabalhos decentes, direitos sociais, moradia e melhores condições de vida.

E, apesar do avanço de candidatos conservadores, que prometem combater a ideologia de gênero e pautas que promovam a igualdade de oportunidades, tivemos o avanço de 624 candidaturas

transexuais e travestis a prefeituras e câmaras municipais em 2024. Dessas, ao menos 25 foram eleitas ao legislativo e 12 foram as mulheres mais votadas de municípios brasileiros.

Essa votação demonstra que o Brasil não está resumido à polarização entre direita e esquerda. Se a extrema direita avança de um lado, por outro mostra que também há diversidade de vozes e de pautas que precisam ser ouvidas. Neste sentido, os trabalhadores precisam eleger representantes que os ajudarão em sua pauta.

MULHERES SEGUEM SUB-REPRESENTADAS

As mulheres continuam sub-representadas na política. Entre as candidaturas nas eleições de 2024, 15% foram de mulheres e 85% de homens. Mas entre os eleitos esse índice cai, sendo apenas 13% de mulheres eleitas e 87% de homens.

Só na cidade de São Paulo, por exemplo, a Câmara Municipal elegeu 20 mulheres, sete a mais do que em 2020. Isso torna a proporção de vereadoras no município praticamente o dobro da proporção na-

cional. Na capital paulista, elas representam 36,3% dos 55 parlamentares.

INCLUSÃO, JUSTIÇA E IGUALDADE

Dentre as 52 cidades que disputarão o 2º turno nas eleições municipais, o PT concorrerá em 13 cidades, sendo 4 capitais. Além, claro, da disputa na cidade de São Paulo, onde possui Marta Suplicy na chapa ao lado de Guilherme Boulos (PSOL) contra Ricardo Nunes (MDB). Permaneceremos em campanha, pela vitória de um projeto de cidade mais inclusivo, justo e igualitário.

Na cidade de São Paulo, a propósito, vencemos a mentira, a desinformação, misoginia e todo conservadorismo representado por Pablo Marçal, que não disputa o segundo turno. Vencemos ainda com a ampliação de uma bancada representativa. O PT alcançou a maior bancada de vereadores com 8 representantes e somará com outras frentes progressistas na construção de uma cidade melhor.

Que a democracia siga fortalecida tanto nas urnas quanto no dia a dia, com a participação popular e o compromisso de uma governança do povo para o povo.



Neiva Ribeiro
Presidente do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região

Por que o Sindicato está falando sobre eleições?

A razão da existência de um sindicato é lutar pela categoria a qual ele representa, por meio nas conquistas de novos direitos e do aumento no salário e das demais verbas, como vale-refeição e vale-alimentação.

Muitas vezes, contudo, a defesa dos direitos da categoria transcende uma campanha salarial. Ela precisa ser feita na esfera política, onde são tomadas a maioria das decisões que afetam a vida da população, incluída aí a classe trabalhadora.

Não faltam exemplos de retiradas de direitos dos trabalhadores promovidas pelo Congresso Nacional, sobretudo após o golpe parlamentar de 2016, quando a direita e a extrema direita ganharam força.

No contexto municipal, cabe lembrar o que dizia Ulysses Guimarães, o principal fiador da atual Constituição Federal: “a política se faz nos municípios”. As eleições nas cidades

interferem na política nacional, pois fortalecem as bases locais, com prefeitos e vereadores atuando como importantes cabos eleitorais.

“O Sindicato tem mais de 100 anos de existência e sempre lutou pela democracia. Além da campanha salarial e por melhores condições de trabalho, somos um sindicato cidadão que se preocupa com a cidade, o estado e o país em que os trabalhadores vivem. Sabemos da importância desse debate e não nos furtaremos dele”, afirma Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

CONSULTA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Respondida por mais de 46 mil trabalhadores de bancos entre abril e junho de 2024, 92% consideraram muito importante ou importante eleger candidatas e candidatos comprometidos com as pautas dos trabalhadores para as prefeituras e câmaras municipais.



Fonte: Diap

210

defendem os interesses do patrão

41

da bancada sindical, que defende os trabalhadores

Direitos atacados nos governos Temer e Bolsonaro

- > Reforma trabalhista, que acabou com uma série de garantias dos trabalhadores;
- > Legalização da terceirização irrestrita, que reduziu salários e precarizou as relações de trabalho;
- > Reforma da Previdência, que dificultou o direito à aposentadora;
- > Teto de gastos – revogado em 2023 –, que pretendia congelar gastos em áreas como saúde, educação e segurança por 20 anos;
- > Privatização e o enfraquecimento de empresas públicas, como a venda das áreas mais rentáveis da Caixa Federal;
- > Também foi tentada a aprovação do trabalho bancário aos sábados, o que só foi impedido com muita luta e organização.

Luta sindicalista, em conjunto com governos aliados aos trabalhadores

- > Salário mínimo
- > 13º salário
- > Jornada de trabalho
- > Licença maternidade
- > Férias remuneradas
- > Seguro desemprego



O movimento sindical tem lado: o dos trabalhadores

Isenção de IR até R\$ 5 mil precisa do apoio da sociedade

A fim de corrigir a desigualdade social e a concentração de renda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender na sexta-feira 11 a isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil, argumentando que a proposta “não é um compromisso de campanha, é um compromisso de justiça”. A declaração foi feita em entrevista à Rádio O Povo/CBN, do Ceará.

O recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) atualmente é feito por faixas. Hoje, quem ganha até R\$ 2.259,20 não é tributado. Desse valor até R\$ 2.826,65, cobra-se 7,5%.

As faixas de tributação vão aumentando até ganhos acima de R\$ 4.664,68, que recolhem alíquota de 27,5%. A partir daí, não há aumento da tributação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que uma tributação sobre milionários é uma das alternativas em avaliação no governo para compensar eventuais perdas na arrecadação com

correções adicionais da tabela do imposto de renda visando aumentar a faixa de isenção.

“Essa mudança deve ser defendida por todos os trabalhadores, pois impacta diretamente na vida de quem vive de salário. A Constituição Federal determina que mudanças na tributação devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, que sempre é dominado por representantes dos interesses dos mais ricos. Por isso, é fundamental que os trabalhadores votem em representantes que defendam os seus interesses como classe”, afirma Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo.

Além da questão do imposto sobre a renda, o Brasil possui outras distorções que livram os mais ricos de pagar, proporcionalmente, mais impostos.

Para citar só um exemplo, juros de capital próprio e lucros e dividendos pagos a acionistas e sócios de empresas são isentos de qualquer tipo de imposto.



Consulta Nacional
dos Bancários 2024

74%

consideraram muito importante isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil

67%

consideram muito importante o fim da isenção de IR para lucros e dividendos

2023

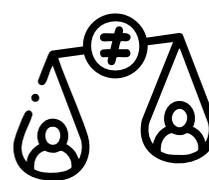


Taxação de 15% dos dividendos renderia

R\$150bi
para o governo em 2024

Congelamento da tabela do IR desde 1996

R\$200bi
de sobrecarga para a classe média



Contribui para essa desigualdade a carga tributária que, proporcionalmente, cobra mais impostos dos mais pobres do que dos mais ricos.



Uma reforma tributária justa e progressiva, que cobre mais imposto dos mais ricos, é uma luta política. O governo federal pode tentar, mas essa pauta dificilmente avançará sem o apoio da sociedade. Ajude o Sindicato a lutar por você. Não vote contra os seus interesses”

Neiva Ribeiro

Presidenta do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região



Quem recebe **R\$4.664,84** ou **R\$ 1 milhão** por mês **paga os mesmos 27,5%** de Imposto de Renda



Fontes: PNAD Contínua (IBGE) e Unafisco